



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

□□□□□□□□□□□□□□□□

**Recorrente: LIGAS DE ALUMÍNIO S.A. - LIASA**

**Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**EMENTA: APRENDIZ. COTAS PARA CONTRATAÇÃO.** Segundo o artigo 429, da CLT, com a nova redação dada pela Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem em número equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. O cálculo da cota de contratação de aprendizes, é regulamentado pelo artigo 10 do Decreto 5.598/2005, segundo o qual o aprendiz deverá desempenhar funções que demandem formação profissional, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ficando excluídas as funções que exigem formação técnica ou superior e os cargos de direção, gerência ou confiança. Consoante o § 2º desse mesmo dispositivo, serão "incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos", donde se conclui que nenhuma outra função além daquelas expressamente discriminadas no § 1º do já referido artigo 10 do Decreto 5.598/2005 poderá ser excluída para cálculo da cota de aprendizes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso Ordinário, em que figuram, como recorrente, LIGAS DE ALUMÍNIO S.A. – LIASA e, como recorrido, MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

**RELATÓRIO**

A Exma. Juíza da Vara do Trabalho de Pirapora, pela decisão de f. 311/326, rejeitou a preliminar de carência de ação (falta de interesse de agir) arguida e, no mérito, julgou procedentes, em parte, os pedidos formulados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO na Ação Civil Pública ajuizada em face de LIGAS DE ALUMÍNIO S.A. – LIASA.

A reclamada não se conforma com essa decisão e interpõe



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

recurso ordinário às f. 328/340. Pugna pela concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário, com o fim de sustar a antecipação de tutela concedida. Sustenta que, para fins de arbitramento da cota de aprendizes, deve ser abatido do referido percentual as exclusões legais, o que resulta em uma cota mínima para contratação pela LIASA de 7,5 aprendizes. Afirma que a empresa procedeu a todo o trâmite seletivo para a contratação dos aprendizes, conforme demonstrado pela prova documental. Vislumbra, outrossim, empecilho ao deferimento da indenização por dano moral no artigo 3º, da Lei n. 7.347/1985, o qual restringiria o objeto da Ação Civil Pública à condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Além disso, afirma inexistir prova de prejuízo à coletividade, já que a empresa teria comprovado a contratação do número mínimo de aprendizes, na forma prevista em lei.

Contrarrazões apresentadas pelo reclamante às f. 344/367, com preliminar de não conhecimento do pedido de concessão do efeito suspensivo ao recurso.

Desnecessário o parecer da d. Procuradoria do Trabalho, por força do artigo 83, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

É o relatório.

**VOTO**

O recurso é próprio e tempestivo e foi firmado por procurador que detém mandato tácito, como se infere de f. 274. Registro que a procuração de f. 251 não contém o nome, nem tampouco a qualificação do signatário, o que a torna ineficaz. Ocorre que a procuradora subscritora do recurso, Dra. Silvia Junqueira Leite, compareceu à audiência inaugural acompanhada do preposto. Tal circunstância torna indiscutível a regularização da representação processual, na forma da Orientação Jurisprudencial 286, II, da SDI 1 do TST: *Configurada a existência de mandato tácito fica suprida a irregularidade de-tectada no mandato expresso*. O recolhimento das custas processuais e do depósito recursal foi comprovado pelos documentos de f. 341/342.

Passo à análise da preliminar de não conhecimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso suscita pelo reclamante.

Nas razões recursais, a reclamada pugna pela concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário. Afirma que a r. sentença determina o imediato cumprimento das obrigações de fazer, estabelecendo multa de elevado valor. Sustenta que, no caso, não há dano de difícil ou incerta reparação. Além disso, assevera que caso venha a ser executada provisoriamente, a empresa estará sujeita a dano irreparável, já que submetida a uma obrigação provisória.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

Em sede de contrarrazões, o autor argumenta que o pedido de efeito suspensivo ao recurso suscitado pela reclamada não deve ser conhecido. Sustenta que os recursos são dotados apenas de efeito devolutivo e que a ação cautelar seria a via adequada para obtenção do efeito pretendido pela reclamada.

Consoante expressa disposição do artigo 899, caput, da CLT, os recursos serão, sempre, recebidos no efeito devolutivo apenas. Inviável, por isso, atribuir, por decisão monocrática, efeito suspensivo ao apelo. De fato, a ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso, conforme Súmula 414, item I, do TST, que assim dispõe:

I – A antecipação de tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. (grifei)

A medida impugnada pela reclamada foi concedida em sentença, o que atrai a incidência da súmula em questão. Sendo assim, acolho a preliminar de não conhecimento do pedido de efeito suspensivo ao recurso ordinário arguida pelo autor, visto que a reclamada deixou de observar a via adequada para postular a suspensão da tutela antecipada concedida.

Logo, conheço do recurso, porque regularmente interposto, à exceção do pedido de concessão do efeito suspensivo a este apelo.

Registro, ainda, que o Ministério Público do Trabalho, em sustentação oral, requereu a correção de erro material observado na sentença. Com efeito, consta da parte conclusiva da decisão de primeiro grau que a multa diária imposta seria corrigida “a partir da data de ajuizamento da sentença,...”. Não há dúvida, portanto, quanto ao erro material, visto que tal assertiva somente faz sentido com a determinação de correção a contar da data de ajuizamento da ação. Tratando-se de mero erro material, não há dúvida quanto à possibilidade de correção a qualquer tempo, consoante artigo 463, I, do CPC. Fica, pois, esclarecido que a multa diária será corrigida a partir da data de ajuizamento da ação.

**MÉRITO**

**CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES**

Ao ajuizar a presente Ação Civil Pública, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO alegou ter constatado que a reclamada não estava observando a quota de aprendizes prevista legalmente. Asseverou que a demandada foi alertada para



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

cumprir as disposições do artigo 424 da CLT, gerando a instauração da Representação n. 54/2009, convertida em Procedimento Prévio. Afirmou que, visando o cumprimento do disposto no artigo 429, da CLT, a reclamada foi intimada diversas vezes para que fosse comprovada por meio de documentos a contratação de aprendizes, entretanto, manteve-se inerte ou invocou justificativas impertinentes. Requereu, portanto, fosse a ré compelida a cumprir a cota de admissão e matrícula de aprendizes.

Em sede de contestação, a reclamada sustentou que já havia comunicado ao autor a contratação, por meio de programa de treinamento, de trinta aprendizes ao longo dos anos, inclusive dos portadores de deficiência física, dos quais 30% (trinta por cento) foram ou serão contratados. Assevera que, em virtude das dificuldades financeiras crise mundial, suspendeu seus contratos de trabalho, conforme artigo 476-A, da CLT, reduzindo a produção a 20% (vinte por cento) da capacidade. Dessa forma, alega que tal circunstância a impediu de contratar aprendizes, porém, apesar da existência de autorização em norma coletiva nesse sentido, não promoveu a sustação do contrato de trabalho de nenhum deles. Argumenta, ainda, que, embora haja cursos profissionalizantes na região, grande parte deles não se enquadra no âmbito de sua atuação, inviabilizando, assim, a contratação de estudantes, não podendo ser obrigada a contratar aprendiz em atividade que não lhe é fim. Reafirma ter cumprido a obrigação de contratar a cota mínima de aprendizes, levando em consideração as exclusões legais.

O d. Juízo de origem deferiu a tutela pretendida para condenar a reclamada a contratar e matricular aprendizes no percentual de, no mínimo, 5%, do número de trabalhadores, cujas funções demandem formação profissional, nos termos do artigo 429, da CLT.

Contra essa decisão, insurge-se a reclamada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente define a aprendizagem como modalidade de formação técnico-profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. O artigo 428, da CLT, com a nova redação concedida pela Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e pela Lei n. 11.180, de setembro de 2005, considera de aprendizagem o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, por meio do qual o empregador “se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação”. A formação técnico-profissional aludida neste dispositivo realiza-se por meio de atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho (artigo 428, § 4º,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

acrescentado pela Lei n. 10.097, de 2000).

Segundo o artigo 429, da CLT, com a nova redação dada pela Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem em número equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. O limite fixado não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo seja a educação profissional (§ 1º-A do artigo 429, da CLT, com a nova redação dada pela Lei n. 10.097, de 2000).

Tais normas são de observância obrigatória e os argumentos expostos pela impetrante não justificam seu descumprimento.

Ressalte-se, primeiramente, que, em caso de insuficiência dos cursos ministrados pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou incompatibilidade de datas, a demanda pode ser suprida por Escolas Técnicas de Educação ou por entidades sem fins lucrativos que objetivem a assistência ao adolescente e à educação profissional. É o que autoriza o artigo 430, da CLT. Sustentamos, com base na nova redação do art. 431 da CLT, que o aprendizado poderá ocorrer ainda na própria empresa, sob a supervisão dos serviços nacionais de aprendizagem, desde que atendidas as exigências do programa correspondente. Concordam com tal posicionamento Sérgio Pinto Martins (Direito do Trabalho. 20. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004, p. 622) e João de Lima Teixeira Filho (*Instituições de Direito do Trabalho*. V. ii. São Paulo: LTr, 2003).

A partir dessas constatações, não há prova de qualquer fato que pudesse inviabilizar o cumprimento da lei. Como já ressaltado, nos termos do § 4º, do artigo 428, da CLT, a formação técnico-profissional caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. Não se exige, portanto, que o aprendiz esteja inserido no processo produtivo principal do empregador, pois é sempre possível identificar atividades que, alheias ao objeto da empresa, componham o quadro geral de funções e sejam adequadas a propiciar formação profissional, qualificando a mão-de-obra de jovens e habilitando-os ao mercado de trabalho. É o caso, por exemplo, das atividades administrativas.

No tocante ao cálculo da cota de contratação de aprendizes, como já exposto, o artigo 429, da CLT impõe que todos os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar aprendizes em percentuais que variam de 5% a 15%, conforme o número de trabalhadores do estabelecimento. O artigo 10º do Decreto 5.598/2005 estabelece que o aprendiz deve desempenhar funções que demandem



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

formação profissional, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ficando excluídas as funções que exigem formação técnica ou superior e os cargos de direção, gerência ou confiança.

Conforme documentação juntada pela reclamada às f. 115/118, a empresa possui 660 (seiscentos e sessenta) empregados. A reclamada pretende excluir 508 funções para o cálculo da cota de aprendizes estabelecida pela Lei n. 10.097/2000, na forma discriminada na planilha de f. 119. Além dos cargos que exijam formação técnica ou superior, bem como aqueles de direção, gerência e confiança, a empresa pretendia incluir as funções vedadas a menores de 18 anos e que envolvam risco.

Não vejo como acatar todas as exclusões pretendidas pela empresa, exceção feita às funções expressamente mencionadas no artigo 10 do Decreto 5.598/2005, *verbis*:

Art. 10 - Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1o Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2o do art. 224 da CLT.

§ 2o Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.

Como se vê, inexistente fundamento que permita a exclusão das funções proibidas para menores de dezoito anos, tal como pretendia a empresa. Logo, é evidente o equívoco da reclamada na apuração da cota de contratação.

Lembre-se que a lei não estabelece relação direta entre as funções existentes na empresa e a contratação de aprendizes para todas elas, mas apenas prevê o preenchimento de determinado percentual sobre o total de empregados. Comungo, portanto, do entendimento de primeira instância que julgou procedente o pedido para condenar à reclamada a proceder, de imediato, à contratação e matrícula de aprendizes no percentual mínimo de 5% do número de trabalhadores cujas funções demandem formação profissional, conforme artigo 429, da CLT. Ademais, a exclusão das funções aludidas no § 1º do artigo 10 do Decreto 5.598/2005 já foi expressamente autorizada na sentença, como se nota de f. 318, donde se conclui que a apuração da cota levará em conta todas as diretrizes fixadas nas normas aplicáveis à espécie.

Os documentos juntados às f. 44/86 e 113 revelam a existência de diversos cursos compatíveis com a atividade-fim da ré, os quais são



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

ministrados pelo SENAI. Eventual incompatibilidade entre a data de início dos cursos com a finalização do processo seletivo dos aprendizes dentro da empresa, não dispensa a ré de cumprir a cota de contratação fixada pelo artigo 429 da CLT. A declaração de f. 113 mostra que o curso oferecido pelo SENAI (Instalação Elétrica Industrial) tem duração de um ano. Logo, era perfeitamente viável a contratação ao longo de tal interregno, o que efetivamente ocorreu, como se nota dos documentos de f. 120/219, os quais confirmam a admissão de aprendizes.

E nem se diga que o simples fato de a ré ter efetivamente contratado aprendizes conduziria à improcedência do pedido posto na inicial. Ora, a presente ação foi ajuizada em 02/07/2010 e as contratações somente foram efetuadas a partir de agosto do mesmo ano, ou seja, após a propositura da demanda. Tal circunstância bem demonstra que a reclamada insistia em deixar de cumprir a lei, sendo tal aspecto suficiente para sustentar a condenação. Deve ser ressaltado que, à luz do provimento jurisdicional, a empresa está, sim, obrigada a manter os contratos com aprendizes de forma permanente, sob pena de arcar com as cominações já fixadas na sentença. Após o término dos contratos já demonstrados, os aprendizes hão de ser substituídos por novos estudantes e assim sucessivamente. E nem se diga que a contratação de aprendizes teve lugar após o ajuizamento da ação, em virtude da demora no processo de seleção. Como se nota de f. 28, o procedimento investigatório teve início em junho de 2009, ou seja, um ano antes da propositura da presente demanda, e desde aquela época a reclamada demonstrava a intenção de descumprir a obrigação legal de contratar o número mínimo de aprendizes.

Nada a prover.

**DANO MORAL COLETIVO**

O d. Juízo de origem deferiu o pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a ser revertida em favor do FIA (Fundo da Infância e da Adolescência) sob o fundamento de que restou demonstrada a obstinação da empresa em violar as regras de admissão de aprendizes e, portanto, a conduta ilícita e a culpa empresária, gerando dano a toda a coletividade que, possivelmente, sequer tem consciência do prejuízo decorrente.

A reclamada insurge-se contra essa decisão. Alega que a Ação Civil Pública deve ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, sustentando a impossibilidade de cumulação de dois provimentos dessa natureza. Insiste que contratou o número mínimo de aprendizes determinado por lei e assevera inexistir evidência de prejuízo notório, nem, tampouco de que tivesse agido



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

com culpa ou dolo. Afirma que o valor arbitrado foi exacerbado e pede a respectiva redução, caso seja mantida a condenação.

Como ensina o Professor e Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho, Xisto Tiago de Medeiros Neto, “o dano moral coletivo corresponde à lesão injusta e intolerável a interesses ou direitos titularizados pela coletividade (considerada em seu todo ou em qualquer de suas expressões – grupos, classes ou categorias de pessoas), os quais possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade” (Dano Moral Coletivo. São Paulo: LTr, 2.ed., p. 137).

Nessa seara, o dano moral dissocia-se da idéia de dor psíquica, própria da pessoa física, direcionando-se para valores compartilhados socialmente que traduzam natureza coletiva. O reconhecimento do dano moral coletivo (e a possibilidade de sua reparação) tem respaldo constitucional (art. 5º, X, da Constituição Federal) e é tutelado pela Lei 6.938/1981, da Política Nacional do Meio Ambiente, pela Lei 8.07/1990, do Código de Defesa do Consumidor e pela Lei 7.347/1985, da Ação Civil Pública. Nesse contexto, revela-se plausível a reparação deferida pelo dano causado à coletividade como um todo.

Explica o ilustre Professor e Procurador do Trabalho que “toda vez em que se vislumbrar o ferimento a interesse não patrimonial, do qual titular uma determinada coletividade (em maior ou menor extensão), configurar-se-á dano passível de reparação, sob a forma adequada a esta realidade jurídica peculiar aos direitos transindividuais, que se traduz em uma condenação pecuniária arbitrada judicialmente, reversível a um fundo específico, com o objetivo de reconstituição dos bens lesados” (obra citada, p. 129). Registre-se que a configuração do dano moral coletivo não exige prova do prejuízo; o dano, no caso, decorre da própria violação (obra citada, p. 146-7).

A meu ver, o procedimento adotado pela empresa, de se esquivar de contratar a cota mínima de aprendizes exigida por lei, revela-se antijurídico e autoriza a reparação por danos morais e coletivos. A conduta ilícita, no caso, revela o desrespeito à necessidade de profissionalização dos jovens brasileiros, na forma prevista pela legislação já mencionada. A demandada na pode se esquivar dos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, consubstanciados nos artigos 1º, incisos III e IV, 3º, inciso I e III, 6º, 7º e 170, incisos III e VII, da Constituição Federal, basilares do Estado Democrático de Direito.

Assim sendo, restando clara a conduta antissocial da demandada, mantenho a r. sentença no tocante ao pedido de pagamento de indenização por danos morais coletivos, fixada no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais). A meu ver, essa quantia poderia, até mesmo ser elevada, o que não se faz em face da concordância demonstrada pelo autor. Inviável, pois, reduzir a importância deferida, sob pena de tornar





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

inócua o seu caráter pedagógico.

Nada a prover.

**ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

Não se conforma a reclamada com a decisão que lhe impôs, de imediato, a obrigação de contratar aprendizes, independentemente do trânsito em julgado da sentença.

Consoante o artigo 273 do CPC, poderá o Juízo, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação. É necessário também que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Os elementos colhidos nos autos não deixam dúvida quanto ao fato de que a empresa não vem cumprindo a determinação alusiva à contratação de aprendizes. Sendo assim, considero evidenciado o pressuposto da verossimilhança das alegações deduzidas na inicial.

E nem mesmo caberia discutir, no caso, o perigo de irreversibilidade como obstáculo da antecipação de tutela, visto que tal aspecto deve ser analisado com reserva, a fim de que não seja inviabilizada a aplicação dos dispositivo em estudo. Conforme leciona Estevão Mallet, *“não conceder a medida, ainda que satisfeitos os seus pressupostos, significa, em síntese, impor ao direito do demandante dano irreparável ou, pelo menos, de difícil reparação. Obstar de modo absoluto, a tutela do direito ameaçado equivale, em última análise, privar de ação seu titular, o que não se justifica, ante os termos do inciso XXXV, do art. 5º, da Constituição”*. O citado processualista complementa que se de um lado há o direito do demandante de ter preservada a sua pretensão e “de outro está simplesmente um direito patrimonial do empregador” aquele deverá prevalecer sobre esse último, pois “é natural que direitos de caráter fundamental sejam de tutelados de modo até mais intenso que os demais direitos”. E ao final, conclui o autor que *“se é bastante provável que exista o direito alegado pelo demandante – pois do contrário o pedido de antecipação não teria cabimento – não se compreende como deva sacrificá-lo para preservar um direito sobre cuja existência não há o mesmo juízo de probabilidade. É intuitivo que o provável prefere ao improvável”* (Estevão Mallet. Antecipação da Tutela no Processo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: LTr, 1999, p. 104/107).

Patente, portanto, a presença de todos os requisitos exigidos pelo art. 273 do CPC para a concessão da tutela antecipada pleiteada pelo autor.

Nada a prover.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TRT-RO-00674-2010-072-03-00-1**

**CONCLUSÃO**

**Pelo exposto, conheço do recurso, à exceção do pedido de efeito suspensivo ao recurso ordinário. Acolho o pedido deduzido em sustentação oral, pelo Ministério Público do Trabalho, para determinar a retificação do erro material apontado, na forma dos fundamentos. No mérito, nego provimento ao recurso do reclamante.**

**FUNDAMENTOS PELOS QUAIS,**

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por sua 7ª Turma, unanimemente, conheceu do recurso, à exceção do pedido de efeito suspensivo ao recurso ordinário. Acolheu o pedido deduzido em sustentação oral, pelo Ministério Público do Trabalho, para determinar a retificação do erro material apontado, na forma dos fundamentos. No mérito, sem divergência, negou provimento ao recurso do reclamante.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2011.

ALICE MONTEIRO DE BARROS

Relatora